



Último mês para decisão sobre rateio de R\$ 70 bi entre estados

Waldemir Barreto/Agência Senado



Pinheiro (à frente, à dir.) anuncia em Plenário que seu parecer está pronto: 0,01 ponto percentual de variação equivale a perda ou ganho de R\$ 7 milhões

Nova regra para distribuição do Fundo de Participação dos Estados precisa ser aprovada em dezembro no Senado e na Câmara, pois norma anterior perde validade dia 31

Relator da proposta na Comissão de Desenvolvimento Regional, Walter Pinheiro tenta equilibrar interesses das 27 unidades da Federação. Ele propõe que, em 2013 e 2014, todas recebam o que receberam em 2012, corrigido pela variação do IPCA.

O texto sugere que metade do que sobrar seja distribuído conforme a

participação de cada estado na população do país e que a outra metade seja repassada de forma proporcional ao inverso da renda domiciliar, para que os mais pobres recebam mais.

Pela urgência, o assunto pode ser levado diretamente ao Plenário, onde relatores de outras duas comissões dariam pareceres, para votação em seguida. **3**

Orçamento 2013 recebe 8 mil emendas no valor de R\$ 79 bi 2

Senadores lembram os 100 anos de Luiz Gonzaga 4

CPI do Tráfico de Pessoas realiza visita a Natal hoje 4

Lia de Paula/Agência Senado



Claudinei dos Santos (E), Alexandre Conceição, Gercino José da Silva Filho, Acir Gurgacz, Carlos Mário de Guedes, Márcio Fontes Hirata e André Augusto Motta Amaral na Comissão de Reforma Agrária

Inkra quer agilizar a criação de assentamentos em Rondônia

Vinte mil famílias serão assentadas no estado até 2014, com a escritura das terras e o registro no Cadastro Ambiental Rural, o que deve ajudar

a reduzir o desmatamento na Amazônia, disse o presidente do instituto, Carlos Mário de Guedes, em audiência na Comissão de Agricultura. Os

agricultores familiares também receberão crédito para reformar e construir moradias, na versão rural do Minha Casa, Minha Vida. **4**

Como posso assistir à **atuação parlamentar** dos senadores?

Fique sabendo

- 1 Acesse o QR Code acima ou www.senado.leg.br
- 2 Clique em **TV Senado**
- 3 Escolha um dos canais em **TV na internet**



Multiprogramação da TV Senado é Senado Transparente

As sessões das comissões e do Plenário são transmitidas ao vivo pela TV Senado na internet. É possível acompanhar reuniões realizadas simultaneamente.



Emendas ao Orçamento 2013 somam mais de R\$ 79 bilhões

As mais de 8 mil propostas dos parlamentares serão distribuídas entre dez relatores temáticos, que selecionarão as que poderão ser atendidas; os relatórios setoriais deverão ser votados até dia 13

AS MAIS DE 8 mil emendas de despesa apresentadas à proposta orçamentária de 2013 têm valor total de R\$ 79,34 bilhões. É o que informa a nota técnica divulgada na sexta-feira pelas Consultorias de Orçamento do Senado e da Câmara.

A maior parte desse valor tem origem nas 473 emendas das bancadas estaduais — R\$ 38,42 bilhões.

As emendas das comissões somam R\$ 32,03 bilhões (R\$ 21,13 bilhões da Câmara e R\$ 10,90 bilhões do Senado).

As emendas individuais somam aproximadamente R\$ 8,88 bilhões (R\$ 7,68 bilhões dos deputados federais e R\$ 1,2 bilhão dos senadores).

Além das 8.298 emendas de despesa, também foram apresentadas outras 95 emendas

ao texto — somando um total de 8.393 emendas.

Relatórios setoriais

As emendas serão distribuídas entre dez áreas temáticas, como saúde, educação, agricultura e infraestrutura. Em cada uma, haverá um parlamentar atuando como relator setorial.

Como as demandas sempre ultrapassam a verba destinada a cada área, uma das prin-

cipais funções dos relatores setoriais é selecionar quais podem ser atendidas.

A votação desses relatórios setoriais está prevista para acontecer até o dia 13.

Eventualmente, algumas das emendas não atendidas nesta fase poderão ser reavaliadas posteriormente pelo relator-geral — cargo que neste ano está sendo exercido pelo senador Romero Jucá (PMDB-RR)

As emendas em números

| AUTORIA | NÚMERO DE EMENDAS | VALOR SOLICITADO |
|-----------------------|-------------------|---------------------|
| ▶ Bancadas estaduais | 473 | R\$ 38,42 bi |
| ▶ Comissões da Câmara | 82 | R\$ 21,13 bi |
| ▶ Comissões do Senado | 49 | R\$ 10,9 bi |
| ▶ Deputados federais | 6.736 | R\$ 7,68 bi |
| ▶ Senadores | 958 | R\$ 1,2 bi |
| TOTAL | 8.298 | R\$ 79,34 bi |

Mozarildo Cavalcanti presta homenagem a líder maçônico



Geonildo Mungai/Agência Senado

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) fez uma homenagem, no Plenário do Senado, ao ex-grão-mestre da loja maçônica Grande Oriente do Brasil Francisco Murilo Pinto, que morreu em 2001.

De acordo com o parlamentar, Murilo Pinto foi importante para a integração das Maçonarias nacional e internacional e para o fortalecimento da cultura maçônica.

O senador, que é maçom, aproveitou o discurso para falar sobre a eleição ao grão-mestrado do Grande Oriente do Brasil, na qual está concorrendo.

Gurgacz diz que não se deve liberar uso pessoal de droga

Acir Gurgacz (PDT-RO) manifestou preocupação com propostas contidas no projeto de novo Código Penal (PLS 236/12), como a ampliação da permissão para o aborto legal e a descriminalização das drogas para uso pessoal.

Segundo ele, a reforma do código, elaborado em 1940, é urgente, mas exige tempo e cautela: — É um código que mexe com a vida das pessoas e lida com o bem maior do ser humano, que é a liberdade. Portanto, precisamos ter cuidado na elaboração de uma legislação com rigor jurídico e com base no clamor da população.

O senador criticou a descriminalização da maconha para uso pessoal. Para ele, a medida tornará “mais larga a porta de entrada dos jovens no mundo das drogas e da criminalidade”.

ILB oferecerá cursos de pós-graduação

O Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), órgão do Senado voltado à capacitação, recebeu autorização do Ministério da Educação para oferecer cursos de especialização aos servidores da Casa.

A Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de

Educação aprovou por unanimidade o credenciamento para cursos presenciais de pós-graduação lato sensu. A decisão, publicada no *Diário Oficial da União* na quinta-feira, tem validade de três anos.

A partir de 2013, o ILB oferecerá especialização em

Administração Legislativa, Ciência Política, Comunicação Legislativa e Direito Legislativo.

Atualmente, o instituto oferece quase cem cursos livres, sendo 70 presenciais e 25 a distância. Nos últimos 30 anos, atingiu a marca de 300 mil alunos matriculados.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA

PLENÁRIO Luiz Gonzaga

11h Sessão especial comemora o centenário de nascimento do compositor e cantor Luiz Gonzaga. Às 14h, acontece sessão não deliberativa.

CDH Estatuto do Motorista

9h Debate sobre o Estatuto do Motorista, que deverá regular adicional de periculosidade para a categoria e aposentadoria especial após 25 anos de serviço. Entre os convidados, o ministro do Trabalho, Carlos Daudt Brizola.

CPI DO TRÁFICO DE PESSOAS Crianças

9h Audiência pública debate o desaparecimento de cinco crianças, entre 1988 e 2011, no bairro Planalto, em Natal.

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO Estudo

11h30 Reunião do Conselho de Comunicação Social para analisar seis relatórios, incluindo um sobre proposta de estudo para dificuldades encontradas por escritores para lançar biografias no Brasil.

CRA Delegação alemã

16h Visita da delegação do Parlamento Federal Alemão (Comissão de Alimentação, Agricultura e Defesa do Consumidor) para debater abastecimento mundial de alimentos, política florestal, produção, exportação e pesquisa agropecuária e a reforma agrária no Brasil.

TERÇA

CDH Questões trabalhistas

9h Assédio moral, demissão voluntária e terceirização são temas da audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. O ministro do Trabalho, Carlos Daudt Brizola, é um dos convidados da audiência.

CAE ICMS e dívidas dos estados

10h Debate com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, sobre a proposta da equipe econômica do governo em relação à alíquota do ICMS cobrado nas operações interestaduais e a questão das dívidas dos estados.

CE Ato Médico

11h O primeiro item da pauta de votações é o projeto que regulamenta o exercício da medicina, o Ato Médico.

QUARTA

CMA Consumo de combustíveis

11h30 A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle examina projeto que estabelece meta de redução de consumo de combustíveis.

CCT Jogos de azar on-line

9h Com 63 itens na pauta, a comissão vota o projeto que proíbe as empresas de cartões de autorizar transações relacionadas a jogos de azar e pornografia infantil pela internet. Também na pauta, projetos que autorizam o funcionamento de emissoras de rádio em vários estados.

CAS Aprendizizes

9h Na pauta, estão o projeto que torna obrigatória a contratação de aprendizes maiores de 18 anos pelas empresas com mais de 50 empregados e o que trata da licença especial à gestante em situação de risco.

CCJ Maioridade penal

10h Entre os itens da pauta da comissão, está o projeto que reduz a maioridade penal de 18 para 16 anos nos casos de crimes hediondos, tráfico de drogas, tortura e terrorismo. A comissão analisa ainda um projeto que endurece a punição para o motorista que dirigir embriagado.

CE Federalização da educação

10h A Comissão de Educação, Cultura e Esporte promove série de audiências públicas que discute a responsabilidade do governo sobre a educação básica.

EXPOSIÇÃO Consciência negra

Em homenagem ao Mês da Consciência Negra, o Senado apresenta a exposição *Diáspora*, até 5 de dezembro, no Espaço Cultural Senador Ivandro Cunha Lima. Também haverá exposição do artista plástico Josafá Neves, com as obras *Navio Negreiro 1, 2 e 3*, que homenageiam Clementina de Jesus e Itamar Assumpção.

CDR Política urbana

14h A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo examina projeto que estabelece diretrizes gerais da política urbana.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a reunião da **Comissão de Direitos Humanos (CDH)**. As reuniões das comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

Primeiro-vice-presidente: Anibal Diniz

Segundo-vice-presidente: Waldemir Moka

Primeiro-secretário: Cícero Lucena

Segundo-secretário: João Ribeiro

Terceiro-secretário: João Vicente Claudino

Quarto-secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burl

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Antônio Cruz/ABR



Governadores reúnem-se com ministros para discutir investimentos: cada 0,01 ponto percentual do PFE equivale a R\$ 7 milhões

Rateio de R\$ 70 bi entre estados é o tema do mês

Projeto que busca equilíbrio no FPE precisa ser aprovado no Senado e na Câmara até o fim do ano porque a regra anterior foi considerada inconstitucional pelo Supremo

UMA FÓRMULA COMPLEXA, que envolve interesses regionais, deverá dominar a pauta do Senado este mês: como ratear R\$ 70 bilhões do Fundo de Participação dos Estados (FPE)? Para mostrar a importância do assunto, o relator da proposta na Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR), Walter Pinheiro (PT-BA), fez a conta: na tabela que determina o que os estados recebem, 0,01 ponto percentual de variação equivale a perda ou ganho de R\$ 7 milhões.

Em busca de acordo para esse tema polêmico — e com pouco tempo, já que a lei precisa ser aprovada até o fim do ano no Senado e na Câmara —, Pinheiro recorreu a uma fórmula que, segundo ele, equilibra os interesses e as necessidades das 27 unidades da Federação.

— Sei que não é o melhor dos mundos. O que fizemos foi tentar buscar o ponto de equilíbrio entre os 27 estados e abrir uma regra de transição — disse Pinheiro na terça-feira, um dia antes de entregar o parecer aos senadores.

O ponto de partida para o desejado equilíbrio é garantir a todos os estados e ao Distrito Federal, em 2013 e 2014, o que receberam em 2012, corrigido pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O eventual excedente, decorrente do crescimento da arrecadação dos Impostos de Renda (IR) e sobre Produtos Industrializados (IPI), será repartido de acordo com dois critérios: metade será rateada conforme a participação de cada estado na população do país; a outra metade, distribuída de forma



Relator, Pinheiro elaborou uma fórmula para equilibrar interesses

proporcional ao inverso da renda domiciliar per capita dos estados (os mais pobres recebem mais).

Dessa forma, o relator pretende preservar o caráter redistributivo do FPE, que beneficia na partilha dos recursos os estados das Regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste. Ele sugeriu a rejeição de projetos

que consagravam o chamado critério devolutivo, pelo qual seriam beneficiados os estados com maior arrecadação de IR e IPI (o montante dos impostos ali cobrados seria devolvido).

Os critérios propostos por Pinheiro valeriam apenas para 2013 e 2014. Para 2015, deverá ser feita uma nova lei complementar, levando em conta a “equalização da capacidade fiscal” dos estados.

Substitutivo

O relatório trata de oito projetos de lei complementar sobre o tema. Pinheiro propôs a rejeição de sete e a aprovação de um — o PLS 192/11, de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) — como substitutivo.

Há a possibilidade de levar o assunto diretamente para o Plenário, onde os relatores nas Comissões de Constituição e

Justiça (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE) poderiam dar pareceres, com a votação em seguida.

A elaboração de uma nova lei para distribuir o FPE tornou-se necessária porque o Supremo Tribunal Federal declarou a inconstitucionalidade do artigo 2º e do anexo único da Lei Complementar 62/89. Como essa decisão foi feita sem a “pronúncia da nulidade”, os critérios permanecerão em vigor até 31 de dezembro de 2012. A partir dessa data, se o Senado e a Câmara não aprovarem uma nova lei, a União ficará sem um critério para transferir aos estados os recursos do FPE. Nesse caso, a presidente da República não poderá baixar uma medida provisória, porque o tema deve ser definido por lei complementar.

Dilma faz veto parcial ao projeto dos royalties

A presidente Dilma Rousseff vetou parcialmente o projeto de lei que modifica a distribuição dos royalties do petróleo. Dilma excluiu a parte relativa à repartição da renda dos campos já licitados. As novas regras de partilha do dinheiro valerão apenas para os campos que forem licitados a partir de agora.

O respeito aos contratos em vigor era uma das principais reivindicações do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, os dois maiores produtores de petróleo e gás natural do país.

Uma medida provisória preencherá o vazio jurídico deixado pelos vetos e ainda estabelecerá a destinação de 100% dos royalties dos novos contratos para a educação — tanto pela União quanto pelos estados e municípios.

Segundo o ministro da Educação, Aloizio

Mercadante, a decisão da presidente tem um “grande significado histórico”:

— Todos os royalties, a partir das futuras concessões, irão para a

educação. Isso vai envolver todas as prefeituras do Brasil, os estados e a União, porque só a educação vai fazer o Brasil ser uma nação efetivamente desenvolvida.

O projeto aprovado pelo Congresso prevê que o repasse aos estados produtores caia de 26,25% para 20% já em 2013. Os municípios que produzem petróleo e hoje ficam com 26,25% passariam a receber 15% no ano que vem. Já a parte dos estados não produtores saltaria de 7% para 21%; e a dos municípios não produtores, de 1,75% para 21%.

O veto de Dilma ainda pode ser derrubado pelo Legislativo. Nesse caso, ele deve ser apreciado pelo Congresso em sessão conjunta, só podendo ser rejeitado pelo voto secreto da maioria absoluta dos deputados federais e dos senadores.

Opinião dos senadores fica dividida por estados

Os senadores de estados produtores de petróleo comemoraram o veto parcial de Dilma, enquanto os representantes dos demais estados criticaram a decisão. Pelo Rio de Janeiro, Lindbergh Farias (PT) considerou o veto uma decisão equilibrada, “que preservou a lógica e preservou a decisão do Congresso em relação às concessões daqui para a frente”.

Ana Rita (PT-ES), pelo Twitter, elogiou a destinação de 100% dos royalties para a educação e disse que “a presidente fez justiça e garantiu direitos adquiridos dos estados produtores”. Ricardo Ferraço (PMDB-ES) afirmou que “respeitar contratos é básico”, pois sem segurança jurídica o país não tem condições de atrair investimentos e gerar desenvolvimento.

Já o relator do projeto dos royalties no Senado, Vital do Rêgo (PMDB-PB), previu que o veto será derrubado pelo Congresso “o mais rápido possível”. Autor do texto que prevaleceu no Congresso, Wellington Dias (PT-PI) disse esperar pela medida provisória que regulamentará o veto para se posicionar, mas adiantou que rejeitará o veto caso ele atinja o previsto para contratos já licitados, mas não recebidos pelos estados produtores.

Delcídio do Amaral (PT-MS), no Twitter, afirmou que estados e municípios não produtores levaram “chumbo”.

Argumentos

| DOS NÃO PRODUTORES | DOS PRODUTORES |
|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"> ▶ O petróleo é extraído em alto mar; portanto não há que falar em estados produtores e não produtores. O termo correto é confrontante. É o caso do Rio de Janeiro e do Espírito Santo. ▶ Está se regulando petróleo em mar. E, conforme o artigo 20 da Constituição, toda riqueza em mar pertence à União. Ou seja, a todos os brasileiros. ▶ A distribuição da riqueza ficará mais justa, pois quando a regra atual foi elaborada, em 1998, não havia a descoberta de pré-sal nem a atual expertise brasileira no setor. ▶ Todos os brasileiros, por meio de impostos, pagaram pesquisas, lavras e retirada do petróleo do mar. Agora é uma questão de justiça: todos que contribuíram vão receber. | <ul style="list-style-type: none"> ▶ O projeto da forma como foi aprovado fará corte abrupto dos orçamentos estaduais de um ano para o outro. O Rio de Janeiro calcula perda de R\$ 3,4 bilhões em 2013 e de R\$ 77 bilhões até 2020. O Espírito Santo, outro grande produtor, estima perda de R\$ 10,5 bilhões até 2020. ▶ A nova proposta cria situação de instabilidade jurídica ao mudar regras já estabelecidas. ▶ Se houver corte desse dinheiro, a população será seriamente prejudicada em serviços de segurança, educação e infraestrutura. ▶ Os produtores recebem royalties porque têm responsabilidades adicionais com a exploração. |

Senado faz sessão pelo centenário de Luiz Gonzaga

O Senado realizará hoje, às 11h, uma sessão especial para comemorar o centenário de nascimento do compositor e cantor Luiz Gonzaga (1912—1989).

Na justificativa do requerimento, os senadores Inácio Arruda (PCdoB-CE), Armando Monteiro (PTB-PE), Humberto Costa (PT-PE), Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e o senador licenciado Vicentinho Alves (PR-TO) destacam que Luiz Gonzaga foi um dos artistas que mais contribuíram para a unificação geográfica da cultura brasileira, por meio da comunhão de sentimentos e valores comuns.

“O gaúcho nos pampas, o vaqueiro nos cerrados, o seringueiro na Amazônia, o habitante das grandes cidades. Não há brasileiro que não se emocione ao ouvir os primeiros acordes de *Asa Branca*, *Vozes da Seca*, *Assum Preto*, *Baião*, *Paraíba*, *Juazeiro*, *Qui nem Jiló*”, afirmam.

Além disso, os senadores ressaltam que o compositor tem sobrevivido, como poucos, no coração e na memória de sucessivas gerações.

Comissão vota projeto que cria selo ambiental

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) vota amanhã, em decisão terminativa, o projeto que cria o Selo Verde Preservação da Amazônia, com o objetivo de atestar a adequação ambiental de produtos da Zona Franca de Manaus e de zonas de processamento de exportação (ZPEs) e áreas de livre comércio localizadas na região amazônica.

O selo ajudará o consumidor a escolher produtos fabricados a partir de processos que reduzam o impacto sobre o meio ambiente, incentivando o consumo sustentável.

No projeto original (PLS 185/11), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) propunha que o selo verde se limitasse a produtos da Zona Franca de Manaus, mas Jorge Viana (PT-AC) apresentou uma emenda ampliando o alcance para produtos oriundos das ZPEs e das áreas de livre comércio.

O relator, Cícero Lucena (PSDB-PB), acolheu as sugestões de Jorge Viana e acrescentou outras, para efetuar alterações de redação e quanto à técnica legislativa.



Senador Acir Gurgacz fala, em audiência pública na Comissão de Agricultura, sobre ações de reforma agrária em Rondônia

Inkra promete dar terra a 20 mil famílias em Rondônia

Governo federal anuncia que agilizará criação de assentamentos na Amazônia; pequenos agricultores terão crédito para reformar e construir moradias, na versão rural do Programa Minha Casa, Minha Vida

VINTE MIL FAMÍLIAS serão assentadas em Rondônia até 2014, com a concessão da escritura das terras e o registro no Cadastro Ambiental Rural. A regularização fundiária e ambiental dos assentamentos será a estratégia do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para a Amazônia em 2013.

Nesse modelo, terá que haver a garantia de que cada assentamento se tornará uma comunidade rural com autonomia e integrada ao território. Com a informatização da certificação dos imóveis rurais, prevista para vigorar a partir de fevereiro de 2013, não haverá a necessidade da análise pormenorizada dos documentos pelo Incra.

Os agricultores familiares de Rondônia também terão a versão rural do Programa Minha Casa, Minha Vida, que viabilizará a reforma e a construção das moradias dos assentamentos, cabendo ao Incra apresentar as famílias a serem beneficiadas.

As novidades foram anunciadas na sexta pelo presidente do Incra, Carlos Mário de Guedes, em audiência na Comissão de

Agricultura e Reforma Agrária (CRA) que avaliou os assentamentos e a desapropriação de áreas para reforma agrária em Rondônia, onde já foram entregues 30 mil títulos de terra a agricultores familiares.

Desmatamento

As medidas, afirmou Guedes, reduzirão o desmatamento na Amazônia, com o estímulo à implantação de 980 “assentamentos verdes”, voltados à produção de alimentos.

Para Acir Gurgacz (PDT-RO), presidente da CRA, a melhor ferramenta para reduzir o desmatamento na Amazônia é a regularização fundiária, com a concessão definitiva da escritura, o que contribuiria para o produtor ter mais responsabilidade sobre a terra.

O desembargador Gercino José da Silva Filho, que desempenha o cargo de ouvidor agrário nacional, ligado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, apontou avanços na relação entre a polícia e os trabalhadores rurais de Rondônia, a partir da designação de dois delegados da polícia civil agrária para acompanhar

os conflitos locais.

O estado também já designou um oficial da polícia militar para apoiar os trabalhos de titulação das terras e ações de despejo, e irá indicar um defensor público agrário, que estará à disposição dos trabalhadores rurais que não têm condições de contratar advogado.

Em Rondônia, as principais causas da violência no campo são grilagem de terras públicas, despejos sem ordem judicial, impunidade, extração ilegal de madeira, porte ilegal de arma de fogo e presença de pistoleiros, disse o assessor da Ouvidoria Agrária Nacional Marcelo Nicolau. Entre as medidas adotadas para reduzir esses conflitos, ele citou as ações do Programa Terra Legal, os mutirões para agilizar inquéritos e julgamentos, a fiscalização do Ibama para acabar com a extração ilegal de madeira, os assentamentos verdes e a retomada de áreas públicas.

O coordenador em Rondônia do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Claudinei dos Santos, disse que ainda há nas polícias militares da região “um grau de comprometimento com o latifúndio”.

Gurgacz destaca produção familiar no estado

Rondônia registra a presença de mais de 75 mil agricultores familiares, destacou Acir Gurgacz na audiência. O senador disse que o setor responde por 74% do valor bruto da produção agropecuária local, com o emprego de quase 250 mil pessoas ou 80% da mão de obra do campo.

Os agricultores familiares respondem ainda por 90% da produção de café, 93% da produção de feijão, 92% da produção de mandioca, 82% da produção de leite, 65% da produção de aves e por 49%

da produção de bovinos em Rondônia, afirmou.

Gurgacz apontou um clima de insegurança jurídica nos acampamentos dos que ainda não possuem um pedaço de terra para produzir. Ele destacou a parceria entre o Incra e o governo de Rondônia, “que abre boa perspectiva para a regularização das famílias, visando desburocratizar e agilizar os pleitos”.

O senador também citou projeto de autoria dele, o PLS 24/10, que transfere terras federais para o estado, a exemplo

do que já ocorreu em Roraima e no Amapá. A proposta aguarda a designação de relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Gurgacz afirmou que Rondônia “é fruto de um grande projeto de reforma agrária”, pois a ocupação ocorreu com a transferência dos agricultores de terras que agora abrigam o lago da Hidrelétrica de Itaipu, no Paraná, para cidades como Ji-Paraná, Presidente Médici, Rolim de Moura, Cacoal e Ariquemes, “que hoje alavancam a economia de Rondônia”.

CPI do Tráfico de Pessoas debate no RN sumiço de crianças

O desaparecimento de cinco crianças no bairro Planalto, em Natal, entre 1998 e 2001, será debatido hoje na audiência pública que a CPI do Tráfico de Pessoas realizará na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte.

A presidente da CPI, Vanessa Grazziotin (PCdoB-RN), disse que a audiência será uma forma de cobrar respostas para o caso, que ficou conhecido como o rapto das crianças do Planalto.

— Já solicitamos ao Ministério da Justiça que a Polícia Federal também atue no caso para aprofundarmos as investigações.

Os familiares das crianças até hoje não sabem o que aconteceu. A principal suspeita é que essas crianças foram levadas para a remoção de órgãos ou adoção ilegal no exterior.

Paulo Davim (PV-RN), integrante da CPI, disse que acompanha o caso com muito empenho.

— A CPI veio para acrescentar e tentar esclarecer esses desaparecimentos, já que o caso apresenta sérios indícios de tráfico de crianças.

Relator aceita casos em que se reduz maioria penal

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) deve apresentar à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), nesta quarta-feira, relatório favorável à proposta que reduz a maioria penal de 18 para 16 anos nos casos de crime hediondo, tráfico de droga, tortura, terrorismo e reincidência de lesão corporal grave e roubo qualificado (PEC 33/12).

Segundo a proposta, de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), isso ocorreria apenas em processos que corram em órgãos da Justiça especializados em questões da infância e adolescência e a partir de ação de integrante do Ministério Público também especializado.

“A desconsideração da inimputabilidade penal dependerá da comprovação da capacidade do agente de compreender o caráter criminoso de sua conduta, levando em conta seu histórico e seus antecedentes”, explica o relator.

A proposta, diz Ferraço, permite à Justiça distinguir os casos em que o crime “se relaciona com a imaturidade” daqueles em que “reflete conduta violenta irreparável”.